

FINALIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS, UNIDADE IDENTITÁRIA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: DILEMAS ORIUNDOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL

PURPOSE OF THE FEDERAL INSTITUTES, UNIT
IDENTITY AND CURRICULAR ORGANIZATION: DILEMMAS FROM PROFESSIONAL
PRACTICE

Andrey Borges Bernardes

IFSertão Pernambucano – Brasil

E-mail: andrey.bernardes@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO

O presente artigo consiste em uma reflexão acerca da dualidade entre a preparação para o ensino superior e a habilitação profissional de nível médio nos Institutos Federais, bem como da dualidade identitária e da organização curricular do campus Ouricuri do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Estes dilemas emergiram de minha própria prática profissional desde que me efetivei como professor na referida instituição há 3 anos e meio. Para tanto, lanço mão de diários pessoais, anotações e relatórios por mim produzidos ao longo deste período. Fundamentam esta opção metodológica autores como M. Zabalza, cujos trabalhos com diários são reconhecidos internacionalmente, bem como M. I. da Cunha, C. M. Garcia e R. Puentes, cujos estudos apontam uma diversidade de autores que sustentam que a prática profissional, mediada pela reflexão, é um dos conhecimentos, saberes ou competências do profissional docente. Os objetivos deste trabalho são sistematizar estas reflexões a fim de apontar alternativas para os dilemas que foram objeto de análise, bem como compartilhar tais dilemas com a comunidade de colegas da educação profissional, cuja apreciação e julgamento ampliarão as possibilidades de resolução dos mesmos dilemas. Quanto ao desdobramento das reflexões aqui apresentadas temos que: 1) os Institutos Federais são responsáveis tanto pela habilitação profissional de nível médio quanto pela preparação para o ensino superior, pendendo mais ou menos para uma destas finalidades a depender do contexto socioeconômico em que a instituição está inserida; 2) a unidade identitária e a integração curricular do campus Ouricuri do IF Sertão estão ameaçadas pela fragmentação do organograma institucional, bem como pela elaboração isolada do currículo.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares Nacionais, Dilema, Fragmentação Curricular, Ensino Profissional, Ensino Propedêutico

Abstract

This article is a reflection upon the duality between preparation to university education and professional education for high school students in the Institutos Federais, as well as the identity duality and the curriculum organization on Ouricuri campus of Instituto Federal do Sertão Pernambucano. These dilemmas emerged from my own professional experience since I became a teacher in the Instituto Federal. In order to do so, I used personal diaries, notes and reports produced by myself. The methodology is based on the works of M. Zabalza, whom is internationally recognized by his studies with diaries, as well as M. I. da Cunha, C. M. Garcia and R. Puentes, whose works show a diversity of authors that sustain that the experience, mediated by the reflection, is a source of knowledge for professionals of education. The aim of this work is to organize these reflections in order to find solutions to the pointed dilemmas, as well as to share these same dilemmas with the teacher community of professional education, whom, by judging it, can enlarge the possibilities to solve them. As conclusions: 1) the Institutos Federais are responsible for the professional education as well as to prepare for university studies, varying these purposes according to the institution socioeconomic context; 2) the unity of the identity and the curriculum integration on Ouricuri campus of IF Sertão are threatened by the fragmentation of the institutional chart, as well as by the isolated elaboration of the curriculum.

Key words: National Curriculum Guidelines, Dilemmas, Curriculum Fragmentation, Professional Education

1. INTRODUÇÃO

Em seu livro *Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional* (2004), Miguel Zabalza afirma que escrever um diário¹ profissional é uma forma de tomar consciência acerca dos nossos próprios padrões de trabalho, bem como de ganhar um distanciamento reflexivo com relação a própria atuação. Além disso, registrar as próprias impressões acerca do exercício profissional docente é também uma forma de aprender. Como instrumento de reflexão, o diário se torna um instrumento de melhoria da prática profissional, ou seja, um instrumento de formação continuada.

Registros de natureza narrativa e reflexiva, como os dos diários, propiciam um círculo de melhoria, conforme expressão do autor, em que a tomada de consciência é seguida pelo registro da informação analítica, a previsão da necessidade de mudança, a experimentação desta mudança e, finalmente, sua consolidação como um novo tipo pessoal de atuação. Havendo uma preocupação com a riqueza informativa dos diários e com a sistematicidade dos registros, o que temos é o desenvolvimento de uma competência epistemológica do professor, que melhora sua prática tanto quanto for capaz de ampliar sua capacidade reflexiva e quanto mais tomar consciência de suas ações.

Com base nisto, tenho registrado, em diários, reflexões e notas acerca de minha prática profissional desde meu ingresso como professor efetivo do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão)², em julho de 2016. Estas notas não se resumem à minha atuação

ou ao meu desempenho profissional, mas também correspondem às reflexões acerca das formas de organização, de relacionamento e das práticas profissionais do campus onde trabalho. Três anos e meio não são o bastante para uma compreensão profunda da dinâmica institucional, nem de suas nuances políticas e pedagógicas. No entanto, os registros que tenho mantido já permitem um esboço retrospectivo acerca dos dilemas³ que envolvem o exercício docente.

Neste artigo, portanto, pretendo escrever, com base nestes registros, os principais dilemas que têm me acometido no exercício do ofício. Com o intuito de dar consistência às minhas considerações e notas feitas ao longo destes anos, e para que nem meu discurso nem minhas preocupações se apresentem solipsistas, optei por tomar um documento oficial como baliza para a seleção dos temas cujas notas consideraria para a elaboração deste trabalho. Tomei por referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCN) e busquei os temas coincidentes entre o parecer referente a estas diretrizes e minhas notas ao longo dos três últimos anos.

A escrita deste artigo acabou resultando em um esforço de verificação da adequação do campus Ouricuri do IF Sertão às DCN. Embora não tenha a pretensão de universalização das considerações por mim feitas, estas reflexões não têm valor meramente pessoal. Isto porque a sistematização destes diários e a avaliação das DCN a partir deles constituem uma etapa da formação continuada, entendida aqui não somente como cursos formais. A Prof. Maria Isabel da Cunha (2013, p.11), em artigo sobre a formação de professores, apresenta Donald Schön como o intelectual responsável por cunhar o conceito de epistemologia da prática, ou seja, a ideia de que, ao contrário de precedentes concepções tecnicistas de formação docente, a própria prática profissional se torna fonte de conhecimento, quando balizada pelo esforço metódico de reflexão e pelo constante diálogo entre teoria e prática.

Compartilhando da mesma reflexão, Carlos Marcelo Garcia (2010) utiliza a expressão *professor experto* para se referir àquele profissional da educação que não apenas acumula experiência - uma vez que o passar dos anos não é garantia do aprimoramento da prática ou, diríamos, do desenvolvimento profissional -, mas aquele professor que submete a experiência como objeto de sua própria reflexão. Para sustentar seu argumento, evoca autores como M. Cochran-Smith e J. Little que diferenciam o conhecimento *para* a prática do conhecimento *na* prática. O primeiro seria um tipo de conhecimento normativo que, uma vez aprendido, é aplicado na prática. O segundo é resultado da pesquisa sobre o ato de aprender e ensinar através da própria experiência. Neste artigo, no entanto, extrapolamos o conhecimento na prática para além dos campos da didática para pensar o exercício profissional em sua totalidade, dentro e fora de sala.

Por fim, para evitar a exaustão, cito o trabalho dos pesquisadores Roberto V. Puentes, Orlando F. Aquino e Armindo Q. Neto (2009), que traça um panorama da tipologia dos saberes e competências dos docentes de acordo com renomados pensadores da educação. O propósito do trabalho foi elencar, de acordo com os autores por eles estudados, quais os saberes e competências são essenciais para a formação docente. Em vários deles, a experiência, a prática ou o exercício profissional aparecem como elemento de formação. Considerando as tipologias de autores como S. G. Pimenta, Ph. Perrenoud, C. Gauthier, L. S. Shulman etc., parece ser

consenso que a prática docente é componente do desenvolvimento profissional. Seja como um professor experto, um professor intelectual, um professor reflexivo ou através da ação-reflexão-ação, o que parece diferir entre os autores é apenas a forma como classificam a experiência profissional como fonte produtora de conhecimento.

Portanto, este artigo é o resultado de minhas pesquisas sobre, na e da prática docente, entendida em sua totalidade, a fim de verificar a adequação do campus Ouricuri do IF Sertão às DCN com relação a três aspectos específicos: a finalidade do IF, a unidade identitária e a fragmentação curricular. Se por um lado este esforço já representa um desenvolvimento profissional capaz de iluminar novas possibilidades de ações a fim de aproximar a prática do que preconizam as DCN, por outro há ainda a possibilidade de fazer estas reflexões reverberarem na prática de colegas lotados em outras unidades do Instituto Federal Brasil afora, de modo a ampliar o contato entre aqueles que creditam às DCN o importante papel de articuladoras do ensino nacional.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL OU PREPARAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR

Em abril de 2017, o campus Ouricuri lançou um edital para seleção de alunos para um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), cujo objetivo era a “preparação ao Enem e aos vestibulares”⁴, conforme consta no próprio edital. Esta proposta levantou alguns debates acalorados no campus. Em primeiro lugar, porque um curso desta natureza não está previsto no Guia PRONATEC de Cursos FIC⁵. Em segundo lugar, e este foi o ponto mais polêmico, pois a proposta deste curso colocou em discussão a própria natureza e finalidade do Instituto Federal. Afinal, os Institutos Federais formam profissionais habilitados em nível médio ou prepara estudantes para o nível superior?

Esta discussão acerca da finalidade dos institutos apresenta relação com o Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta alguns artigos da LDB e viabiliza a inserção, nesta lei, de uma concepção da educação profissional técnica de nível médio como sendo integrada. Ou seja, articulando a formação cidadã e genérica, através de conhecimentos relacionados à base comum, e a formação para o trabalho, que corresponde a dimensão técnica da formação profissional. O ensino médio integrado à formação técnica pretende superar uma dualidade histórica entre a formação exclusivamente profissional que, no Brasil, foi direcionada às classes populares, e a formação propedêutica para o ensino superior, historicamente voltada para as classes médias e altas.

A proposta de curso FIC mencionado anteriormente, e a consequente polêmica por ele gerada, revela que a superação desta dualidade histórica parece não ter sido superada. Por um lado, a formação profissional técnica de nível médio, ao invés de ser o cumprimento de um direito previsto na Constituição Federal – a saber, a formação para o trabalho – foi considerada por alguns profissionais como uma restrição das possibilidades de continuidade dos estudos. Em outras palavras, focar exclusivamente na formação de nível médio, sem criar mecanismos que possibilitem a continuidade dos estudos, foi percebido como uma limitação do acesso ao

ensino superior, razão que motivou a criação do referido curso FIC. Esta perspectiva, com frequência, encerra uma lógica na qual o ensino médio não apresenta uma finalidade em si mesmo, mas é uma etapa preparatória para o ensino superior. O próprio nome escolhido para o curso FIC sugere isso. A propósito disto, é recorrente a utilização do termo “propedêutico” para se referir às disciplinas da base comum que compõem o currículo do IF Sertão.

Por outro lado, havia ainda os profissionais que alegavam que ao não compreender o ensino médio como um fim em si mesmo e a educação profissional como a garantia de um direito constitucional, ficava a educação profissional técnica de nível médio esvaziada de significado, ganhando força a divisão social do trabalho entre execução e planejamento, o que parecia motivar a predileção pela continuidade dos estudos no nível superior, sendo este mais valorizado em detrimento do técnico. O que parecia estar implícito nesta crítica é que o foco no ensino superior reforçava a referida divisão e dificultava a superação desta dualidade entre execução e planejamento, questão abordada nas próprias DCN (2013, p. 208).

O debate aparecia ainda, para outros, como irrelevante, uma vez que a escolha acerca de dar continuidade aos estudos através do ingresso no ensino superior ou da imediata atuação profissional, após a formação de nível médio, foi considerada como algo da esfera individual do estudante e não da política da instituição. No entanto, esta postura parece ser a mais evasiva. Em primeiro lugar, pois se considerarmos o ranking geral dos resultados do Enem 2018⁶, o campus Ouricuri do IF Sertão aparece na posição de número 3979, enquanto o segundo colocado no município, a Escola de Referência no Ensino Médio Fernando Bezerra, está em 12013^o colocado. A diferença abissal entre os resultados obtidos pelas duas melhores escolas de ensino médio do município deixa evidente que os estudantes do IF Sertão têm uma capacidade competitiva muito superior às das demais escolas. Isto é dizer que um estudante em Ouricuri tem poucas chances de ingressar no ensino superior se não estiver matriculado no IF Sertão⁷. Em segundo lugar, pois as possibilidades de aquisição de emprego formal no município são diminutas, dada a incapacidade de o mercado de trabalho local absorver grande quantidade de mão de obra qualificada⁸. Estas considerações revelam que a capacidade de escolha dos estudantes está limitada por um condicionante que os transcende, dadas as características do setor produtivo e da economia regional, sugerindo que tanto a promoção do trabalho qualificado de nível médio, quanto a viabilização do ingresso no ensino superior, devem ser alvos da política institucional, e não tema a ser relegado a escolha dos indivíduos.

Uma vez que o IF Sertão é a instituição que propicia uma formação capaz de aumentar a competitividade do estudante do município de Ouricuri para o ingresso no ensino superior e, ao mesmo tempo, é a única instituição do município que oferece um curso superior presencial⁹, são atraídos para lá estudantes que não estão interessados, exclusivamente, na formação técnica de nível médio, mas que pretendem se beneficiar dos profissionais qualificados, sobretudo da base comum, para poderem ingressar no ensino superior. Outra questão, subsidiária a esta, é que muitos estudantes que ingressam no ensino médio não apresentam afinidade ou interesse específico pelo eixo tecnológico no qual seu curso técnico se encontra, o que, por sua vez, exerce uma pressão sobre o perfil esperado do egresso.

Outra questão, relacionada a esta, é a estrutura e distribuição dos trabalhadores no Brasil de acordo com seu nível de qualificação. Como há, de um lado, uma grande massa de

desqualificados e trabalhadores precarizados, sem contar a ralé¹⁰ (SOUZA, 2018), e de outro lado uma classe com nível superior e qualificação mais aprofundada, se instala no Brasil uma distribuição extremamente desigual da riqueza e dos salários, de modo que os profissionais se sentem compelidos a cursarem o ensino superior, pois a própria estrutura social evidencia que aqueles que estão nessa posição detêm prestígio e acesso privilegiado a bens, serviços e relações, vetadas às demais qualificações, como as de nível médio. A própria existência de uma imensa classe de baixa qualificação, ou de todo não qualificada, pressiona os salários para baixo ou restringe as possibilidades de contratação de mão de obra qualificada. São dados do próprio Jessé Souza (2018, p. 492) que informam que 46,66% dos trabalhadores do Nordeste são “destituídos”, ou seja: trabalhadores elementares, empregados domésticos, autônomos precários, produtores agrícolas precários, trabalhadores de subsistência e trabalhadores excedentes.

Esta estrutura, a propósito, é bem similar à do período da escravidão no país, em que a quantidade imensa de escravos exercia uma forte pressão inibidora do desenvolvimento da sociedade competitiva e da produtividade. No séc. XIX, por exemplo, famílias de imigrantes que tinham sua vinda subsidiada para o Brasil, ainda que trouxessem técnicas produtivas desenvolvidas e um desejo de prosperar na nova terra, se acomodavam às formas nacionais de produção, uma vez que não tinham o que fazer com o seu excedente. Em uma sociedade escravocrata, em que a monetarização era rudimentar, o estímulo a produtividade era inexistente (FURTADO, 2007). Isto quer dizer que a massa de escravos acabava por precarizar e inibir o desenvolvimento do trabalhador livre. Analogamente, a massa de trabalhadores destituídos achata os salários e impede o desenvolvimento dos trabalhadores de qualificação de nível médio, cujo ofício pode ser exercido por um preço muito mais baixo por alguém sem qualificação.

Apenas para citar um exemplo local, o curso técnico de Edificações do IF Sertão, bem como os esforços locais para formar mão de obra qualificada para atuar na cadeia produtiva do polo gesso do Araripe, são insatisfatórias. Apesar do esforço empreendido, os empregadores das minas, das calcinadoras e das plaqueiras preferem os trabalhadores sem qualificação, cuja mão de obra podem explorar impiedosamente, reduzindo-os, por vezes, à condições análogas à escravidão, conforme atesta os recentes relatórios do Ministério Público em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹¹.

Ao que parece, de fato, o estudante deve ter autonomia para escolher, a partir de sua realidade, se irá optar pelo trabalho imediatamente após o término do ensino médio ou se irá prosseguir os estudos para o ensino superior, sendo que o Instituto Federal é responsável por lhe proporcionar ambas as possibilidades. No entanto, dados os fatores limitantes de ordem política e econômica, a instituição não pode se furtar a tomar escolhas que orientem sua política pedagógica e curricular com base nas considerações do seu contexto sócio-histórico e político.

3. UNIDADE IDENTITÁRIA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

As DCNs enfatizam que não há uma relação direta entre formação e oportunidade de emprego, como anteriormente discutido (2013, p. 210). Na verdade, e com frequência, a área de formação não corresponde ao emprego posteriormente conquistado. Neste sentido, acreditar nesta relação direta é atribuir exclusivamente ao trabalhador a responsabilidade por sua empregabilidade. Por suposto, a educação é incapaz de solucionar os problemas econômicos do país, embora muitos atribuam a ela este caráter redentor e salvador. Também por isso, a oferta da educação profissional visa mais do que formar para a realização de uma atividade específica. O que se espera é que o trabalhador compreenda os processos produtivos, a dinâmica do mundo do trabalho e que saiba interagir neste mundo de modo a garantir nele uma participação ativa e a construir relações solidárias e sustentáveis no setor produtivo.

Como o mundo do trabalho clássico vem ruindo, seja pela substituição da mão de obra pela tecnologia, seja pela fragilização das relações de trabalho, os cursos de formação profissional devem ofertar um currículo flexível para que os conhecimentos sejam reaproveitados, quando necessários, em itinerários formativos diversificados e dinâmicos, capazes de se adequarem as constantes mudanças do mercado de trabalho.

Em função disso, as DCN enfatizam a ideia de que devemos superar a dualidade entre ensino profissional e propedêutico para dar lugar a uma identidade unitária a esta modalidade (2013, p. 214). A propósito, o termo propedêutico aparece apenas cinco vezes em todo o documento, sendo que em três delas é para se referir ao contexto histórico da década de 60, que consolidou o ensino de segundo grau como sendo preparatório para o ensino superior, e em outras duas para falar da necessidade de superação da dualidade propedêutico/profissional.

Esta discussão conceitual, abordada na seção anterior, se materializa na distribuição das coordenações do campus Ouricuri do IF Sertão, em que cada um dos cursos gerou uma coordenação específica¹². Os professores da base comum, há três anos, eram distribuídos aleatoriamente entre as quatro coordenações. Apesar da falta de razoabilidade, isto parecia então mais viável do que exigir dos professores que participassem de todas as coordenações, o que geraria uma sobrecarga de trabalho em termo de reuniões, por exemplo, bem como uma confusão acerca de quem seria a chefia imediata destes professores. Como alternativa ao problema, criou-se uma coordenação específica para os professores da base comum, chamada exaustivamente de Coordenação Propedêutica. Deste modo, as coordenações dos cursos técnicos ficaram compostas apenas pelos professores das disciplinas específicas, enquanto os professores da base comum foram agrupados à parte. Esta decisão parece ir na contramão da superação da dualidade entre ensino profissional e propedêutico, anteriormente mencionada, na busca por uma identidade unitária do ensino médio profissional. A concepção dualista, no caso do campus Ouricuri do IF Sertão, ganhou contornos efetivos na própria constituição do organograma da instituição. Se não pelos encontros informais entre os professores das diferentes áreas, ou pela sua relação em trabalhos de comissões, ficou inviabilizada a reunião deliberada para planejamentos de toda sorte entre os professores das disciplinas técnicas e os da base comum. Situação reforçada pela quase inexistência de reuniões gerais: foram apenas

quatro, nestes três anos e meio em que trabalho no campus. No entanto, este não é o único indício da persistência da dualidade identitária da instituição.

As DCN enfatizam que o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos é composto unicamente de “descritores dos respectivos eixos tecnológicos, nomes das habilitações profissionais ou cursos técnicos de nível médio e respectivos descritores e cargas horárias mínimas dos cursos, possibilidades de temas a serem abordados, bem como de atuação profissional e infraestrutura recomendada” (2013, p. 229-230), e que a organização curricular, bem como a concepção pedagógica, são atribuições de cada unidade de ensino, de modo que o documento não apresenta um currículo recomendado, mas apenas princípios norteadores. Destaco dois destes princípios: 1) “interdisciplinaridade que supere a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular disciplinar”; 2) “flexibilidade na construção de currículos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e das possibilidades das instituições educacionais”.

Além disso, os conteúdos de ensino da educação básica e profissional são meios e não fins em si mesmo. Isto quer dizer que se a formação específica da área é o que habilita o estudante a exercer uma atividade profissional, a formação da base comum e da correspondente ao eixo tecnológico no qual o curso se enquadra dizem respeito à contextualização mais ampla de seu aprendizado, o habilitando a construir um itinerário formativo mais flexível, bem como fortalecendo suas capacidades de exercício da cidadania. À esta articulação designamos como ensino médio integrado, já explicitado na seção anterior. Enfim, esta fundamentação aponta para o fato de que o ensino nesta etapa não é um fim em si mesmo, de modo a deslocar a centralidade do “conteúdo”. Pode-se dizer, portanto, que a superação da dualidade, em detrimento da unidade identitária do IF, se efetiva através da elaboração de um currículo interdisciplinar, que propicie a superação da fragmentação e segmentação da organização curricular. O isolamento dos professores da base comum em uma coordenação própria parece distanciar a instituição da execução deste objetivo.

Mas como escrevia anteriormente, não é só o organograma que revela esta dualidade e esta fragmentação. Desde meados de 2018, surgiram propostas no IF Sertão de reformulação do ensino médio. Isto porque este nível de ensino, dentre outros fatores que necessitavam revisão, tem duração de quatro anos, ao contrário do que habitualmente se verifica nas demais instituições de mesmo nível. Esta estrutura se deve ao fato de que no momento de criação do IF Sertão, à carga horária do ensino médio regular foi simplesmente acrescida a dos cursos técnicos, resultando em um prolongamento excessivo da formação. Neste sentido, parece não ter ocorrido, de fato, uma integração entre formação profissional técnica e da base comum, mas tão somente uma sobreposição dos dois cursos que passaram a conviver na mesma instituição. A integralidade passou a se referir apenas à emissão do certificado de conclusão condicionado à aprovação em todas as disciplinas da grade curricular¹³.

Além da carga horária demasiada, a controversa Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017) e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tornaram urgentes repensar a organização curricular do IF Sertão. Como citado anteriormente, em meados de 2018 foi instituída uma comissão para conceber esta nova organização curricular. Na ocasião, a malograda comissão, extinta no mesmo ano, se ateve a discutir sobre os

itinerários formativos flexíveis e a necessidade de inclusão, no currículo, de disciplinas eletivas e da possibilidade de realização de projetos de ensino capazes de explorar espaços e tempos outros que não os da sala de aula convencional, além de estimular a utilização de metodologias alternativas às aulas expositivas habituais. Contando com 25 membros, a comissão não logrou encontrar consenso acerca do que são “projetos de ensino”¹⁴, nem tampouco sobre o que propriamente significa “itinerários formativos flexíveis”, desconhecimento que os membros externaram ao longo dos encontros. Houve, no entanto, um desdobramento exitoso desta comissão: em comissão por mim presidida no segundo semestre de 2018, foi elaborada uma normativa para a formalização de projetos de ensino, uma vez que, até então, não havia nenhum mecanismo formal de cadastrar um projeto de ensino de modo a computar a carga horária de trabalho para o docente e de emitir um certificado de participação para o estudante. Ainda assim, como não houve alteração da organização curricular, estes projetos são considerados extracurriculares, não compondo a integralidade da formação do estudante.

Mais recentemente, a Pró-reitoria de Ensino do IF Sertão se incumbiu de realizar a reformulação do Ensino Médio, desresponsabilizando os campi desta tarefa. Por intermédio das coordenações, os docentes receberam em setembro deste ano, via e-mail institucional, uma solicitação para que elaborassem as ementas para um novo currículo, considerando que o envio deveria ser realizado até dezembro do corrente ano. Esta última ação corrobora a argumentação anterior de que estamos distantes da consecução da unidade identitária e da superação da fragmentação e segmentação curricular, o que não deixa de revelar uma concepção específica do processo educativo e da formação oferecida pela instituição. Nesta solicitação estavam implícitas duas coisas: 1) que há um consenso de que o currículo é um apanhado de conteúdos organizados em ementas; 2) de que não há necessidade de interação entre os professores para a definição do currículo, já que nem sequer uma reunião foi proposta para a elaboração das ementas.

Ao adotar tal postura a instituição se distancia do que preconiza a própria BNCC para o ensino médio. Nesta base, as disciplinas escolares estão organizadas por área de conhecimento: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O estudante, por sua vez, deve desenvolver ao longo do ensino médio competências correspondentes à estas áreas, não havendo nela, do mesmo modo que não há nas DCN, uma recomendação sobre quais conteúdos devem compor o currículo, sendo que esta seleção é uma prerrogativa da escola, autônoma para selecionar seus conteúdos e métodos, contanto que sejam capazes de desenvolver as habilidades e competências relativas às áreas do conhecimento¹⁵.

A presunção de que há um entendimento consensual sobre o que são as ementas – o que pode ser contestado com base na comissão anteriormente mencionada, malograda após o insucesso dos debates em torno do conceito de projeto – conduzirá a uma reprodução dos tradicionais conteúdos escolares do ensino médio, distanciando-nos da possibilidade de contextualização mais apropriada. Ao passo que se inviabiliza a discussão sobre adoção de metodologias críticas ou alternativas, seja no próprio processo de ensino-aprendizagem, seja nas interações entre os docentes, de modo a construir uma prática interdisciplinar¹⁶.

Sob todos os ângulos desta análise, parecem triunfar o dualismo identitário da instituição – sobretudo pela separação das coordenações e pela dificuldade de promoção do trabalho em

grupo –, bem como a fragmentação e segmentação dos conteúdos – evidenciadas pela forma como foi proposta a elaboração dos novos currículos. Como frequente na história brasileira, a existência de bem elaborados documentos norteadores não constitui uma garantia da sua efetiva apropriação e concretização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira situação bipolar de que me ocupei neste artigo ou, em outros termos, o primeiro dilema objeto de minha reflexão, foi a finalidade dos Institutos Federais. Esta é uma questão essencial, pois corresponde à identidade mesma da instituição. Habilitamos profissionais de nível médio ou capacitamos os estudantes para prosseguirem seus estudos no nível superior? Ao que parece, este dilema não pode ser resolvido pela exclusão de um dos polos, mas pela sua harmonização com o contexto socioeconômico, mas também histórico e político, no qual a instituição está inserida. No caso de Ouricuri, o pêndulo parece estar se dirigindo em direção a preparação para o nível superior, uma vez apontada a dificuldade do mercado local em absorver a mão de obra qualificada de nível médio, embora ainda não tenha sido realizado nenhum estudo para verificar a ocupação dos alunos egressos. O exemplo do curso FIC mencionado, no entanto, bem como os próprios indicadores do Enem anteriormente citados, sugerem a finalidade a que o IF Sertão tem atendido. Há também que se mencionar que a própria existência do IF já representa uma melhora qualitativa do ambiente educacional formal do município, aprofundando a formação cidadã juntamente com as possibilidades de acesso ao ensino superior.

Esta primeira situação bipolar conduz, inevitavelmente, ao segundo dilema, intrinsecamente ligado ao primeiro: quais práticas institucionais têm sido adotadas no IF Sertão para a superação da dualidade entre ensino profissional e propedêutico, bem como da fragmentação e segmentação da organização curricular? Esta questão é mais complexa e multipolar. Talvez em razão disso, parecemos ter avançado menos na resolução deste dilema do que com relação ao primeiro. Na contramão desta superação, firma-se a dificuldade de propiciar ocasiões de trabalho em equipe, bem como a separação das coordenações das áreas técnicas com relação à da base comum. Além disso, as recentes propostas de reformulação curricular ganharam formas tradicionais, distantes da interdisciplinaridade, da flexibilização curricular e das propostas metodológicas modernas, críticas e alternativas.

Evidentemente, há muitos outros dilemas a serem compartilhados. Mas, por uma questão de espaço e tempo, se fez mister priorizar alguns em detrimento de outros. Espera-se que estas reflexões, às quais tentei sistematizar e ordenar de forma coerente, abram novos caminhos profissionais para a solução dos dilemas aqui apresentados, seja pelo próprio exercício de repensar o exercício docente, seja pela sua submissão à análise e julgamento dos colegas, cujas próprias experiências e ideias possam iluminar novos caminhos. E embora não haja uma necessidade de generalização dos dilemas aqui abordados, há sempre a chance de que encontrem ecos nas práticas profissionais de outros profissionais em outros Institutos Federais, servindo-lhes de instrumentos para pensar suas próprias realidades.

5. NOTAS

- 1 O autor define diários de aula como sendo “os documentos em que professores e professoras anotam suas impressões sobre o que vai acontecendo em suas aulas” (ZABALZA, 2004, p. 13). Para os fins do presente trabalho, esta definição se expande para incorporar pareceres em comissões, notas e relatórios pessoais.
- 2 Estou lotado no Campus Ouricuri, localizado no Sertão do Araripe, já próximo à tríplice fronteira entre os estados de Pernambuco, Piauí e Ceará.
- 3 Por dilema, o mesmo Miguel Zabalza (2004) entende ser “o conjunto de situações bipolares ou multipolares que se oferecem ao professor no desenvolvimento de sua atividade profissional” (p.18).
- 4 Disponível em: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/campus/ouricuri/4854-campus-ouricuri-lanca-editalde-curso-fic-de-preparacao-ao-enem-e-aos-vestibulares>. Acesso em: 19 out. 2019.
- 5 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guiapronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 out. 2019.
- 6 Disponível em: <http://meu.bernoulli.com.br/enem2018/geral>. Acesso em: 19 out. 2019.
- 7 No site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ouricuri/panorama> é possível conferir dados oficiais relativos ao IDEB, referente ao ensino fundamental no município. Dados que também revelam as deficiências educacionais enfrentadas em Ouricuri. Considerando os anos iniciais do ensino fundamental, Ouricuri está em 5240º dentre os 5570 municípios brasileiros. Quanto aos anos finais, a posição é a de número 4003.
- 8 Também de acordo com dados do IBGE Cidades, apenas 7,5% da população de Ouricuri está empregada formalmente, o que coloca o município na posição de número 4240 dentre os 5570 municípios brasileiros neste quesito. A economia da cidade gira em torno dos serviços públicos, secundada pelo comércio e prestação de serviços. A indústria local, incipiente, gira em torno da cadeia produtiva do gesso, enquanto o setor primário está ligado à extração de gipsita, de baixa empregabilidade, e à agricultura familiar, sem valor comercial relevante.
- 9 O campus Ouricuri do IF Sertão oferece o curso de Licenciatura em Química.
- 10 Jessé Souza define a ralé brasileira – termo utilizado com propósito provocativo – como sendo a classe “que está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas ‘corpo’ mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade” (p. 137).
- 11 O relatório completo sobre o tema, elaborado pela OIT, está disponível em: <https://pt.slideshare.net/SEDECT/diagnostico-socioeconomico-e-laboral-dos-principais-municipios-produtores-do-polo-gesseiro-regio-do-araripe>. Acesso em: 19 out. 2019.

- 12 No campus Ouricuri do IF Sertão, são ofertadas quatro formações técnicas: Agroindústria, Agropecuária, Edificações e Informática.
- 13 A propósito do termo, nos cursos do IF Sertão cuja organização curricular constam no site, esta é apresentada sempre como "grade" e nunca como "matriz", conforme pode ser observado em: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/novosite/index.php/component/acesearch/search?query=grade%20curricular>. Acesso em: 19 out 2019.
- 14 A discussão foi embasada pela obra de A. C. Lopes e E. Macedo (2011).
- 15 A propósito, esta organização por competências já era proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais desde a década de 90, elaborado sob orientação do educador espanhol César Coll.
- 16 Hilton Japiassu sugere que a interdisciplinaridade é uma prática de negociação entre pontos de vista distintos, sendo o resultado da superação do isolamento profissional. O conceito foi extraído de uma palestra, cuja transcrição está disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>. Acesso em: 19 out 2019.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 19 de julho de 2020.

CUNHA, Maria Isabel da. **O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação**. Educ. Pesqui, São Paulo, *Ahead of print*, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Carlos Marcelo. **O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência**. Revista Brasileira sobre formação docente, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p.11-49, ago./dez. 2010.

Ensino em Foco, Salvador, v.3, n.6, p. 47-59, set. 2020.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

PUNTES, R. V.; AQUINO, O. F.; NETO, A. Q. **Profissionalização dos professores:** conhecimentos, saberes e competências necessárias à docência. *Educar*, Curitiba, n. 34, p. 169-184, 2009. Editora UFPR.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

ZABALZA, Miguel A. **Diários de aula:** um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.